

Os dilemas do relator

Na vida do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) hoje sobram dilemas, faltam soluções. Ele não está à procura de quem as aponte, prefere encontrá-las sozinho, apesar das dificuldades. Relator da CPI do Orçamento, Magalhães tem, agora, a responsabilidade e a importância política que couberam ao senador Amir Lando (PMDB-RO) em agosto de 92. Está nas mãos deste pernambucano austero de temperamento algo explosivo o destino de muitos parlamentares. Magalhães não decide cassações, mas o que disser em seu relatório, que entrega à CPI no próximo dia 22, evidentemente indicará o rumo de muitos destinos.

Mas não é o peso da responsabilidade que incomoda o relator. Também não anda tristonho por conta da notoriedade nacional bastante ampliada nos últimos dois meses. Esta, ao contrário, para quem tem pretensões a voltar a governar seu estado, deveria ser proveitosa. E aqui chegamos ao primeiro problema que aflige Roberto Magalhães. Quem for amigo, mas amigo do peito mesmo, evitará nesses dias falar no assunto eleição perto dele. Ao invés de proveitosa, a fama tem rendido problemas inéditos ao relator. Ele, a respeito de quem nunca se teve uma notícia duvidosa e por isso mesmo foi escolhido relator da CPI, até de corrupto tem sido chamado.

E o deputado se aflige nesse momento porque sabe que, brevemente, deverá ser alvo de adjetivos mais pesados. "De qualquer maneira, estou lascado", constata. Quando consegue uma pausa na CPI e viaja a Pernambuco é que Roberto Magalhães toma contato com o que o jargão político chama de "pressão das bases". Em Brasília, as pessoas não têm muita intimidade com o relator e dificilmente dão-se à ousadia de pressioná-lo diretamente por qualquer coisa. Até porque, de Magalhães, nunca se sabe qual será a reação.

Mas em Pernambuco é diferente. Os correligionários cobram seus votos e cobram, agora, pesado. Roberto Magalhães tem recebido pressão para cassar dois parlamentares em particular, fora os anões de quem nem se fala mais tão condenados já estão. O que cobram de Magalhães é que, além destes, leve ao cadafalso Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). No PFL não se admite que Ibsen seja preservado e Fiúza condenado. No PMDB — de cujo precioso apoio Magalhães precisaria se for candidato a governador — a recíproca é verdadeira. Na opinião pública pernambucana — e estamos aqui especificando o caso de Pernambuco apenas por ser dali que o relator tira sua experiência mais direta — há grande empenho pela cassação de Fiúza, Sérgio

Guerra (PSB) e José Carlos Vasconcelos (PRN).

No que Magalhães classifica de "establishment conservador" — os caciques do partido, as elites do estado — a pressão é exatamente contrária. "E eu fico entre esses dois pólos. Se atendo ao povo, fico mal com as pessoas de quem dependo politicamente e se, ao contrário, atendo a eles, fico péssimo com o povo", raciocina o relator. Ele acha que se indicar a cassação de Fiúza será chamado de "traidor", e se, por acaso, não indicar, o acusarão de conivente pelo fato de ser muito amigo e, no passado, ter sido advogado de Fiúza.

De fato, o relator não está em boa situação. Nessa semana, as coisas ainda pioraram muito e Roberto Magalhães foi parar nas primeiras páginas de jornais de seu estado comparado aos anões que manipulavam verbas do Orçamento da União. "Agora resolveram atacar o que até hoje me parecia inatacável, que é a minha honra", comenta o relator com jeito de quem suspeita que essa CPI vai lhe render mais aborrecimentos que glórias.

No dia em que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) resolveu divulgar uma antiga lista de emendas que foram incluídas fora do prazo no Orçamento de 92, e a relação de seus autores, entre eles Roberto Magalhães, o *Diário de Pernambuco* deu na manchete de primeira página que o relator estava "envolvido com a máfia do Orçamento". Guardando ainda traços do temperamental que jura ter deixado de ser "com a idade", o relator refugiou-se no gabinete da liderança do PFL na Câmara para desabafar toda sua mágoa com Pernambuco naquele momento.

Chegou mesmo a decretar, enfático, que não seria mais candidato ao governo do estado que já comandou uma vez. "Apóio Jarbas Vasconcelos", garantia, disposto a transferir seus votos para o pemedebista prefeito de Recife. Radical, dizia que não admitiria entrar na disputa se as pesquisas continuarem a registrar a vantagem que apon tam para Miguel Arraes. O relator não consegue esconder sua irritação em concorrer com um mito, contra o qual não adianta se contrapor diante do eleitorado com o exemplo de uma administração bem-sucedida.

Magalhães sempre lembra que abriu mão da apoiadoria a que teria direito como ex-governador enquanto Arraes recebe a sua sem constrangimento e ainda ganha a preferência do eleitorado. "Não adianta nada, o eleitor não quer nem saber disso", reclama. Isso sem contar o fato de que o nome de Arraes ter aparecido na lista da Odebrecht como beneficiário de 30 mil dólares mensais não parece sensibilizar ninguém. Mas, sobre esse assunto, o relator prefere manter a elegância e o silêncio.